



MR 008. Corpos vulneráveis: poder e resistências

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) - Coordenador/a,
Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília) -
Participante, Cynthia Andersen Sarti (Unifesp) -
Participante, Patrícia Birman (UERJ) - Participante,
Marcia Regina de Lima Silva (Usp) - Debatedor/a

Se a condição vulnerável marca inexoravelmente humanos (e não humanos) como seres que vivem e, como tal, estão expostos ao outro, a degenerescência e a morte, esta mesa propõe tratar dos mecanismos sociais de distintas ordens por meio dos quais alguns corpos e pessoas – na acepção de Marcel Mauss – se tornam mais vulneráveis que outros. Falamos de mecanismos que, historicamente, circunscrevem e subjagam corpos e pessoas no interior de relações de poder e dominação, construindo e enraizando modos de subjetivação que reproduzem a sujeição na qual são forjados, mas apontam igualmente formas inusitadas de resistência. Para pensar essas vulnerabilidades e resistências, propomos, cada uma das participantes, discutir diferenças e desigualdades específicas, que trazem a marca de gênero, da pobreza, do racismo e da violência, profundamente arraigadas numa sociedade com um passado escravocrata como a brasileira, mas abordadas aqui a partir de suas reconfigurações na atual conjuntura política do país. Incluímos a discussão da prática de tortura que, se marcou o período de exceção da ditadura militar (1964-1985), transcende essa localização histórica e está sub-repticiamente presente na sociedade brasileira como modo aceitável de tratar corpos marcados pela desigualdade.

Castigar o corpo: formas usuais de diferenciação

Autoria: Patrícia Birman

O foco aqui é o castigo corporal no cotidiano de segmentos populares. Nosso intuito, através de alguns works etnográficos, de narrativas e de imagens sobre a vida precária, é de analisar como se articulam os limiares de aceitação de castigos corporais, suas circunstâncias e as suas disputas de sentido. A noção de (in) vulnerabilidade será problematizada para compreender os jogos de força em que a punição física é uma referência compartilhada pelos atores, nas micropolíticas em seus muitos planos. Como se aciona certas performances que compõem o ato de punir? E a exibição das feridas? Como se reconfigura o corpo e suas relações através de uma anatomia moral ligada ao sofrimento? Vamos analisar os processos de diferenciação social, racial e de gênero, escapando da dicotomia que opõe os domínios doméstico e público para problematizar essa prática corriqueira da vida social.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**